Petróleo & Política
Ano 1 nº 19
Julho de 2000
Informativo da Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET

IMPRESSO

Venda de Ações Quem ganha e quem perde com mais este "negócio"

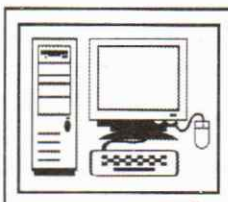
"A AEPET é contrária à decisão do Governo de vender ações ordinárias da Petrobrás, que representa mais um passo para a privatização da empresa. Além disso, a venda das ações da companhia significa "um novo ato de gestão temerária do patrimônio público", na medida em que o governo está trocando uma receita potencial de R$ 146 bilhões - valor correspondente a 16,63% das reservas de petróleo do país, avaliadas em R$ 918 bilhões - por R$ 8 bilhões, que representam o total pelo qual o governo está vendendo os 16,63% do total de ações da companhia.(Páginas 2 e 3)

"Não é por acaso que os fundos para a venda de ações são denominados de fundos de privatização."

Derramamento de óleo

Novo acidente no Paraná reflete o esvaziamento dos quadros técnicos da Petrobrás

"Das cerca de 100 mil pessoas que trabalham atualmente na atividade de petróleo, apenas 36 mil são empregados da Petrobrás e 64 mil são terceirizadas. Análise é do diretor de Comunicações da AEPET, José Conrado de Souza, que credita o acidente ocorrido na REPAR ao alto grau de insatisfação que cerca os empregados. José Conrado, que é oriundo da REPAR, defende uma investigação séria e profunda, que permita comparar o que está ocorrendo hoje na empresa e a forma como se tratava antes a questão da segurança. "Antes se fazia manutenção preventiva. Hoje isso simplesmente não existe mais, especialmente em atividades de alto risco, como refino e bombeamento. E o ônus disso vai ser pago pela sociedade com acidentes como este que ocorreu". Segundo Conrado, de qualquer forma não se justifica a quantidade de óleo derramada, que só pode ser atribuída à falta de experiência de empregados com alta rotatividade, que permaneceu, no máximo, dois anos na função e são trocados, por questões econômicas, pelas empresas prestadoras de serviço. O Diretor de Comunicações da AEPET considera que atividades como a exploração, produção e, principalmente, refino de petróleo exigem muito mais cuidado por questões de segurança e não pode ser tratado meramente sob a ótica de mercado, ignorando-se questões básicas de segurança. "É imperdoável, injustificável e inaceitável um acidente como este que ocorreu no Paraná, a menos que exista algum outro interesse por trás, que desconhecemos", concluiu.



@epet sitio

A Página da AEPET na Internet vem registrando um número de consultas bastante elevado este ano. Os últimos dados obtidos no contador do sistema indicavam uma média mensal de 65 mil acessos. As consultas são provenientes de todos os cantos do mundo, totalizando 14.822 acessos nos primeiros oito dias de julho, abrangendo 37 países. Do Brasil, foram feitas, até agora, 199.035 consultas (57%), enquanto 121.944 35%) são de origem desconhecida.

MEMÓRIA



A Sede da AEPET vai passar a se chamar "Barbosa Lima Sobrinho". A decisão foi aprovada durante reunião da diretoria, no último dia 18. Além de homenagear este grande brasileiro, falecido no dia 16 de julho, por sua luta em defesa da soberania do país, a AEPET pretende deixar registrado na memória da entidade e de todos os associados o respeito pelo patriota que ajudou a consolidar a luta em defesa da Petrobrás.

Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Avenida Nilo Peçanha, 50/ 2409. CEP: 20044-900
Rio de Janeiro/RJ.
Tel: (021) 533-1110
Fax: (021) 533-2134

Endereço Eletrônico:
aepet2@ax.apc.org
Home Page:
http://www.aepet.org.br

DIRETORIA

PRESIDENTE
Fernando Leite Siqueira

VICE-PRESIDENTE
Diomedes Cesário da Silva

PATRIMÔNIO
Heitor Manoel Pereira

VICE-DIRETOR DE PATRIMÔNIO
João Roberto Neves

COMUNICAÇÕES
José Conrado de Souza

VICE-DIRETOR DE COMUNICAÇÕES
Argemiro Pertence Neto

PESSOAL
Luiz de Campos Herdy Silva

VICE-DIRETOR DE PESSOAL
Sérgio Queiroz Lyra

CULTURAL
Paulo Sérgio Decnop Coelho

VICE-DIRETOR CULTURAL
Marcelo Salles

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: Ricardo Maranhão, Pedro Francisco de Almeida Castilho e Sydney Reis Santos

SUPLENTES: Nelson Camanho da Costa Filho, Elie Abadie e Gerson Nakano

Petróleo & Política
Editado pela Assessoria de Comunicação Social
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Carlos Emiliano Eleutério
MTB: 12.524/RJ
REPROGRAFIA:
Márcio Delmiro

Venda de Ações

Um verdadeiro jogo o dinheiro do trabal

Quem perde e quem ganha com ma

Nos últimos 12 meses, o valor da ação da Petrobrás (lote de 1000 ações) subiu de R$ 7,00 para R$ 52,00, ou seja, um aumento de 642,8%. Apenas no mês de junho de 2000, o valor do lote de ações ordinárias da Petrobrás aumentou 30%. Esse comportamento se deve ao aumento do preço do petróleo no exterior, associado à política adotada pelo governo, no sentido de praticar preços nivelados ao do mercado internacional, medida tomada para preparar a empresa para a privatização, que acabou por originar a atual capacidade de lucro da empresa.

Isso torna a compra de ações da Petrobrás um negócio de alto risco para o trabalhador que decidir usar o seu FGTS na operação, pois, no caso de uma reversão dos preços do óleo no exterior, que é muito provável, o valor das ações poderá voltar aos patamares originais, reduzindo-se na mesma proporção em que subiu. Em 1998, a cotação do barril de petróleo no mercado internacional era de US$ 10,00. Hoje, a cotação é US$ 30,00 e a Petrobrás está sendo remunerada a US$ 25,00/ barril de petróleo refinado.

Segundo a avaliação da direção da AEPET, o risco torna-se ainda maior, pois a desvalorização das ações independe das condições internas do Brasil e muito mais de interesses dos países centrais, que são fortemente contrários ao atual preço do barril de petróleo e tudo têm feito para reduzi-lo ao valor de 12 meses atrás, próximo a US$ 10,00 ou US$ 15,00/barril. O pequeno investidor não tem controle sobre as cotações destes papéis.

A análise do negócio

Até o terceiro trimestre de 1999, devido à desvalorização do real em relação ao dólar ocorrida no inicio daquele ano, a Petrobrás apresentava prejuízo. Foi exatamente o aumento do preço do petróleo que propiciou a reversão do quadro negativo. Apenas com o resultado do quarto trimestre de 1999, o prejuízo acumulado até o terceiro trimestre foi transformado em um lucro de US$ 1,7 bilhão refletido no balanço da empresa em 1999.

Como a política de preços do petróleo no mercado internacional está nas mãos de um cartel e sujeita a grandes pressões de países consumidores como os EUA, por exem-

- O risco da desvalorização das ações da Petrobrás torna-se maior, na medida em que depende de muito mais das condições externas do que da própria situação interna do país

- A um governo com forte rejeição popular e envolvido em sucessivos escândalos, falta credibilidade para oferecer à sociedade qualquer tipo de negócio

"Se o merc intern voltar cotar barril óleo a 10, as da Petro pode baixa mesr propo em q subir

de azar com lhador

is este péssimo negócio de FHC

ado
acional
a
o
de
US$
ações

brás
ão
r na
na
rção
ue
am."

plo, nada impede que o preço do barril possa retornar a valores compatíveis com as necessidades dos detentores do poder. Ou seja, não existe qualquer garantia de que, amanhã, o mercado internacional possa cotar o barril de petróleo a US$ 10,00 ou menos. Em conseqüência, haverá, sem dúvida, uma brutal desvalorização das ações da Petrobrás.

Isto significa que o trabalhador que comprometer R$ 10.000,00 na compra de ações a R$ 46,40 (já com os 20% de desconto) poderá ter seu patrimônio reduzido a R$ 1.541,85 (10.000 x 7,00/46,40 = 1.541,85). Sem contar que esse valor pode ser reduzido por manipulações inteiramente fora de seu controle, aliadas a pressões e fatos relacionados ainteresses especulativos.

A análise leva à conclusão, portanto, que o momento está mais favorável para venda do que para compra. Os navegantes de primeira viagem, os principiantes que nada entendem desse jogo de azar, isto é, os inocentes e desinformados trabalhadores devem resistir ao canto da sereia e não acreditar na campanha milionária do Governo induzindo-os a colocarem em risco os recursos aplicados no FGTS. Basta lembrarmos o que aconteceu no início dos anos 70, quando todos os jornais tratavam em suas primeiras páginas, diariamente, da febre de compra de ações. Naqueles anos, muitos inocentes venderam carros, imóveis e outros bens, comprometendo suas poupanças na compra de ações, no cassino das Bolsas de Valores, e perderam tudo. Ganharam no jogo os amigos do poder, porque sabiam e sabem que o momento de sair do jogo é quando os tolos estão entrando.

A carroça na frente dos burros

Não bastasse os inconveniente citados, é preciso lembrar e destacar que o líder do Governo no Senado, senador José Roberto Arruda (PSDB/DF), estabeleceu um acordo com o senador Álvaro Dias a respeito da votação do projeto de lei, de sua autoria, proibindo a vendas das ações da Petrobrás, adiando sua discussão para depois da venda das ações.

A impressão que temos é que vivemos em um país onde os valores éticos e morais se perderam definitivamente.

É sobre esta questão, esse crime de lesa pátria, a troca de R$ 8 bilhões por uma receita de R$ 146 bilhões, que os trabalhadores devem meditar, antes de decidir aplicar sua poupança nesta aventura.

A um governo com forte rejeição popular e envolvido em sucessivos escândalos, falta credibilidade para oferecer à sociedade qualquer tipo de negócio, mormente um negócio onde os compradores das ações não terão qualquer controle sobre a variação do preço.



O gráfico acima foi publicado no jornal Valor Econômico (18/07), ilustrando uma análise de especialistas do mercado de ações, que mostra a tendência de queda das ações ON da Petrobrás. Entre outros, o diretor da Enfoque Gráfico Sistemas, Fausto Botelho, prevê que "tais papéis entrarão em breve num longo período de baixa". E a prova disso é o fato de as ações estarem muito próximas de romper seu patamar de resistência de baixa - R$ 47,00. Segundo ele, os investidores estão realizando lucros e o número de vendedores é muito superior ao de compradores.

Resistência AEPET e ILUMINA se unem na luta contra a privatização da Petrobrás e de Furnas

A direção da AEPET e do Instituto Ilumina - órgão que representa os empregados de Furnas Centrais Elétricas - deram início a um intercâmbio de informações visando à fundamentação de trabalhos técnicos com os quais as duas entidades pretendem demonstrar os erros contidos na política energética do governo federal. Encontro realizado na sede da AEPET, no último dia 12 de julho, reuniu o presidente Fernando Siqueira e a diretoria do Ilumina. "A união de esforços e a adequada utilização dos conhecimentos detidos por petroleiros e eletricitários visam a interromper a onda de privatizações de empresas estatais em curso no país" - opinam os diretores do Ilumina, Roberto Pereira de Araújo e Luís Pereira de Azevedo.

O presidente da AEPET fez uma breve exposição sobre a evolução da doutrina neoliberal e argumentou que a sinergia existente entre os dois segmentos, além dos conhecimentos acumulados pelos quadros técnicos da Petrobrás e de Furnas, é valiosa para questionar a estratégia desenhada pelo governo em torno do gasoduto Brasil / Bolívia. "Recursos da Petrobrás foram usados para construir uma infraestrutura destinada a facilitar a vida das multinacionais que vão explorar o mega-campos de Camisea, no Peru, e Neuquem, na Argentina, descobertos em 1983, e até agora inexplorados por falta de condições de escoamento para o mercado consumidor. Vamos sair de uma total independência energética para uma dependência externa com fornecimento por multinacionais, através de um monopólio natural que é o gasoduto. Estrategicamente, isto é um desastre", lembrou Fernando Siqueira.

Os diretores do Ilumina acrescentaram que é equivocada a troca da energia gerada pelas hidrelétricas, a mais limpa do mundo, pelas 49 termoelétricas movidas a gás natural produzido por multinacionais sem compromisso com a sociedade brasileira, que o governo pretende construir. Segundo Roberto Pereira, a água é uma reserva natural, barata e sob nosso controle, razão pela qual não deve ser trocada por uma fonte poluidora como o gás. Além disso, advertiu, nenhum outro país do mundo tem o potencial hidrelétrico do Brasil. Pereira lembrou ainda que o país tem mercado definido e reservatórios plurianuais como o de Serra da Mesa, em Tocantins, cujas comportas, uma vez abertas, levariam 800 dias para esgotar todo seu potencial de geração.

O diretor do Ilumina lembrou ainda que a situação de Furnas Centrais Elétricas é muito parecida com a da Petrobrás. " Dispomos de potencial para dotar o país de auto-suficiência, mas, ainda assim, vivemos sob a ameaça da dependência de uma matriz energética imposta apenas por atender a necessidade de lucro de empresas privadas estrangeiras" - lamentou Roberto Pereira. Igualmente ameaçados pela privatização, os técnicos de Furnas advertem que ao priorizar as termoelétricas, o governo perde a otimização que as hidrelétricas proporcionaram. "Agora mesmo o sudeste do país ficou 48 dias sem chuvas, mas as reservas energéticas do sul, interligadas ao sistema, supriram as necessidades da região" - explicou.

"A união de esforços e a adequada utilização dos conhecimentos detidos por petroleiros e eletricitários visam a interromper a onda de privatizações de empresas estatais em curso no país"

Programa **Faixa Livre**

Ouça diariamente de 7h:30min às 9h:00 *Rádio Guanabara* **1360 KHz - Am**

A crise brasileira e suas soluções em debate!

NOTAS

Formadores de opinião

A AEPET está organizando um grupo de formadores de opinião para difundir a tese da preservação da Petrobrás e demais empresas públicas que prestam serviços essenciais e estratégicos à população. O primeiro encontro, realizado na sede da entidade no último dia 19 de julho, reuniu associados e simpatizantes que se dispõem a levar a mensagem da Associação aos fóruns legislativos, escolas e universidades - tanto no Rio de Janeiro quanto em outros estados. A iniciativa surgiu após a grande receptividade que o diretor e o vice de Comunicações, respectivamente José Conrado de Souza e Argemiro Pertence, obtiveram em palestras promovidas no Rio Grande do Sul, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia.

TV Comunitária

As entidades associadas da TV Comunitária do Rio de Janeiro estão definindo a formatação do programa que pretendem colocar no ar ainda no segundo semestre. Um seminário a ser realizado na SEAERJ, no próximo dia 27 de julho, definirá a estimativa dos recursos investidos no projeto, os custos envolvidos , a constituição das equipes de produção e outros detalhamentos. Concebido a partir de uma proposta da AEPET, o programa, que já foi objeto de duas outras reuniões, terá uma hora de duração e contará com cinco módulos: espaço sindical, juventude, moradia, cidade e um módulo destinado a assuntos contingenciais.